



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Política Social e Serviço Social.

Sub-Eixo: Educação.

SERVIÇO SOCIAL NA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO EM/PARA DIREITOS HUMANOS: POSSIBILIDADES E POTENCIALIDADES PARA A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE BREVES/PA

Letícia Costa de Carvalho¹

Sara Soares de Araújo²

Jacqueline Tatiane da Silva Guimarães³

Silvana Ramos Lacerda⁴

Matheus César Silva da Silva⁵

Resumo: No presente artigo, realizamos considerações sobre os direitos humanos da criança no Marajó, dando especial ênfase ao âmbito escolar, no qual partimos das demandas e problematizações apresentadas pelos professores da rede pública de ensino do município de Breves/PA e assim indicamos as possibilidades e potencialidades da atuação dos profissionais do Serviço Social na política educacional.

Palavras-chave: Escola, Educação, Serviço Social e Direitos Humanos.

Abstract: In this article, we make considerations about the human rights of the child in Marajó, giving emphasis to the school environment, in which we start from the demands and problematizations presented by the teachers of the public school of the municipality of Breves/PA and thus indicate the possibilities and potentialities of the work of social service professionals in educational policy.

Key Words: School, education, Social Work and Human Rights.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta resultados parciais de projeto de pesquisa⁶ que tem como principal objetivo refletir sobre os direitos humanos da infância na região marajoara, bem como mapear as principais demandas que se apresentam ao profissional do Serviço Social no espaço escolar. Tal interesse se deu justamente pela constatação dos diferentes casos de violações que atingem crianças e adolescentes no Marajó, aliada à identificação de que a escola ainda não é tomada como um espaço sócio-ocupacional do Serviço Social no município de Breves, especial locus da pesquisa.

¹ Estudante de Graduação, Universidade Federal do Pará, E-mail: carvalholeticia531@gmail.com.

² Estudante de Graduação, Universidade Federal do Pará, E-mail: carvalholeticia531@gmail.com.

³ Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, E-mail: carvalholeticia531@gmail.com.

⁴ Estudante de Graduação, Universidade Federal do Pará, E-mail: carvalholeticia531@gmail.com.

⁵ Estudante de Graduação, Universidade Federal do Pará, E-mail: carvalholeticia531@gmail.com.

⁶ Projeto de pesquisa intitulado “Direitos Humanos e Infância: uma análise dos discursos dos profissionais da educação pública do município de Breves/Marajó (PA)”, iniciado em março de 2017 e em fase de conclusão para março de 2020, tendo sido contemplado com bolsas PIBIC Produtor e PIBIC Interior.

No presente artigo, apresentamos um recorte do estudo supramencionado, no qual realizamos uma pesquisa de caráter exploratório, pautando-se em levantamento bibliográfico, documental e de campo, em que realizamos entrevista semiestruturada com perguntas que se voltavam para a compreensão e a vivência dos professores sobre o cotidiano escolar, tomando como foco os seguintes temas: Direitos Humanos, Infância, e a equipe técnica e profissional disponível na escola. Para a exposição destes dados, utilizamos nomes fictícios, a fim de manter em sigilo os sujeitos de nossa pesquisa.

Primeiramente, realizamos uma reflexão sobre Educação e Serviço Social, oportunidade em que apresentamos os desafios atuais que são colocados à escola e a seus educadores, destacando a importância do Assistente Social nas escolas para a promoção de uma educação em/para Direitos Humanos.

Em um segundo momento, apresentamos algumas considerações sobre o Marajó e seus aspectos históricos, bem como dados atuais da educação no arquipélago, mais especificamente do município de Breves, para em seguida indicarmos os resultados da pesquisa de campo, na qual apontamos as consequências da ausência do profissional de Serviço Social nas escolas públicas do município de Breves.

Observamos que os profissionais alcançados pela pesquisa admitem que estão sobrecarregados, o que muitas vezes os limita à sala de aula, e se mostram interessados na inserção do Assistente Social na educação, por perceberem que as demandas atuais que se apresentam à escola ultrapassam as práticas pedagógicas, o que acaba limitando a escola e a atuação dos profissionais.

SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO EM/PARA DIREITOS HUMANOS

Sabe-se que a educação no Brasil se deu em um processo histórico de exclusão e favorecimento das classes burguesas, contexto em que o homem branco do sexo masculino foi tido por muito tempo como o único apto a receber educação. Corroborando com isto, Duarte (2010, P. 293), expõe que “Se aos homens ensinava-se a ler e a contar, às mulheres bastavam os trabalhos manuais, pois o androcentrismo da família patriarcal se encarregava de excluí-las dos menores privilégios”. A partir do século XIX, com a pouca educação cedida às filhas dos burgueses, esta situação começou a ganhar outros rumos, chegando à educação que hoje conhecemos, garantida pela Constituição Federal (1988) como direito de todos e regulamentada pela lei de Diretrizes e Bases, lei nº 9.396/96.

Atualmente, a escola, enquanto instituição promotora da educação, se depara com situações que ultrapassam o plano do ensino-aprendizagem. Amaro (2017) afirma que esse processo começa pela quantidade expressiva de sujeitos que a escola reúne e pela

diversidade que estes possuem, forçando a escola a trabalhar com diversos fenômenos que partem dessas diversidades e que ultrapassam os limites do ensino.

A educação, segundo Mészáros (2008) é um processo emancipador que nos aponta que os processos educacional e social da vida humana estão interligados. Assim, observamos que no espaço escolar irão surgir demandas que vão além de práticas pedagógicas. Incluem-se nessas demandas casos de racismo e de homofobia, que violam direitos humanos básicos dessas crianças, como o direito à memória e à liberdade. Esses casos diariamente são noticiados por jornais eletrônicos, porém, essas notícias acabam se limitando ao campo do sensacionalismo, e geralmente deixam as crianças expostas a julgamentos moralistas carregados de juízo de valor, que desqualificam todo o aspecto histórico e social a que elas estão expostas.

Estas situações são um dos fatores que tem justificado a importância da presença do profissional do Serviço Social nas escolas, uma vez que, segundo Amaro (2017, p.7)

Esse cenário, por sua peculiaridade, tem exigido esforços incalculáveis de educadores e gestores, esforços que nem sempre são exitosos por conta de sua formação e a não oferecer subsídios à construção de práticas sociais em territórios educacionais.

Como já colocado por Amaro (2017), os educadores sempre tentam contornar estas situações, porém sua atuação se limita, uma vez que estes profissionais geralmente são sobrecarregados, postos em espaços sucateados, com condições precárias de trabalho.

O Assistente Social, pautando sua atuação na lei 8662/93, se compromete a se empenhar pelo fim de todas as formas de preconceito, incentivando a igualdade e a defesa de Direitos Humanos. Logo, o Assistente Social, uma vez inserido na escola, propiciaria a expansão de uma educação em/para Direitos Humanos.

Rifiotis (2008) argumenta que hoje há uma série de conhecimentos que se apresentam como transversais, que perpassam pela ótica de garantia de Direitos Humanos nos diversos espaços. Assim, uma educação em/para Direitos Humanos necessita ser plural e não se limitar a marcos históricos e jurídicos, realizando ações que ultrapassem os muros da escola e garantam a efetivação de direitos fundamentais.

É importante destacar que a escola se apresenta como um espaço fundamental para a garantia e a promoção de Direitos Humanos, uma vez que, mesmo de forma precária, ela ainda é uma das poucas políticas que conseguem alcançar o maior número de cidadãos, se tornando assim um espaço estratégico para debates acerca da aceitação e desconstrução de estereótipos. Martins (2012, p. 46) acentua que,

O assistente social na educação poderá atuar com todos os membros da comunidade escolar, tendo a possibilidade de mobilizar um processo reflexivo que envolve a percepção objetiva da vida social, e da vida de cada indivíduo e das

condições sociais e históricas que norteiam a sociedade. Esta atividade propicia a politização em torno de diversos temas que perpassam o ambiente escolar e social.

Partindo desta premissa, sintetizamos que o Assistente Social no âmbito escolar não assumirá a postura do pedagogo e nem irá se deter apenas ao serviço assistencial, ou à distribuição e ao acesso de programas de transferência de renda, mas, juntamente dos demais profissionais que compõem a escola, e irá promover ações que envolvam a comunidade em geral, a fim de fortalecer as lutas de classes, valorizando a diversidade e promovendo a emancipação do sujeito.

MARAJÓ E CONDIÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS.

Batizada inicialmente pelo espanhol Pizón de Ilha Grande Joanes, recebendo o nome de Marajó em 1745 (Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o Arquipélago do Marajó 2007), o território do arquipélago do Marajó já era habitado muito antes da chegada dos portugueses pelos povos Aruãns, sacacas, Marauanás, Caiás, Araris, Anajás, Muanás, Mapuás, Pacajás, e as expedições religiosas promovidas pela igreja Católica por meio da Companhia de Jesus, com o objetivo de catequizar os indígenas, acabou se tornando uma forma de povoamento das diversas ilhas espalhadas pelo território marajoara, pois onde os padres jesuítas se instalavam, fundavam povoados que com o passar do tempo se tornaram vilas e posteriormente as cidades do Marajó (PACHECO, 2010).

Ainda baseado no Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o Arquipélago do Marajó (2007), desde o período colonial, as atividades econômicas que se desenvolveram nessa região passaram por suas diversas fases cíclicas, passando por períodos de coleta da borracha, da castanha do Pará, do timbó, da madeira e da pesca, tendo a pecuária como atividade na região dos Campos e do extrativismo nas áreas de florestas.

O arquipélago do Marajó é formado por dezesseis municípios (Afuá, Breves, Anajás, Curralinho, Portel, Melgaço, São Sebastião da Boa Vista, Cachoeira do Arari, Bagre, Gurupá, Chaves, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Soure e Santa Cruz do Arari). No município de Portel, de acordo com o IBGE (2010), a taxa de escolarização de 6 a 14 anos corresponde a 89,7% da população. Em Melgaço, a taxa de escolarização para a mesma idade corresponde 85,4%, em Curralinho, esta taxa é de 93,8%; porém, segundo o IDEB de 2017, a taxa de pessoas que conseguem completar o ensino fundamental neste município corresponde a apenas 2,8% (em Breves, esta taxa corresponde a 3,7%). Esses dados refletem diretamente no IDH dos municípios marajoaras, que atualmente são considerados baixos.

De acordo com o site do Ministério Público Federal, as verbas recebidas pelo município de Breves - que é tido como um dos maiores municípios do Marajó -, não garantem melhorias na educação. Segundo o site, os problemas na educação ocorrem apesar das verbas serem repassadas regularmente. Em visita realizada em maio de 2017, o MPF recebeu informações de que 60 (sessenta) escolas não haviam sido concluídas, além de denúncias relacionadas à deficiência na distribuição de livros didáticos, e do fato de que muitas crianças perdem aula por falta de combustível para o ônibus escolar. Dados e denúncias como os citados acima fazem parte do contexto diário em que se apresenta a educação no município de Breves.

SERVIÇO SOCIAL NA ESCOLA: possibilidades e potencialidades

Inicialmente, realizou-se o mapeamento das principais escolas públicas da área urbana do município de Breves. Neste período, verificamos que há doze escolas municipais de ensino fundamental na área urbana, que são: Emerentina Moreira de Souza, Margarida Nêmer, Maria de Lourdes Campos Sales, Dr. Lauro Sodré, Odízia Corrêa Farias, Miguel Bitar, Professor Estevão Gomes, Paulo Rodrigues dos Santos, Rossilda Ferreira, Prof^a Aurea Silva Cunha, Santo Agostinho e Bom Jesus, e três escolas estaduais, que são escola Maria Câmara Paes, Elizete Fona Nunes, e Gerson Peres. Para a pesquisa aqui apresentada, tivemos como *locus* as escolas: Bom Jesus, Dr. Lauro Sodré e Estevão Gomes, que no momento da pesquisa apresentaram demandas importantes a serem problematizadas pelo projeto.

A Escola Dr. Lauro Sodré está localizada no bairro Centro e segundo o histórico da instituição não há uma data exata de sua inauguração, sabendo-se apenas que sua construção se deu entre os anos de 1941 e 1942, o que faz que a mesma seja a primeira e mais antiga escola pública do município de Breves, atualmente, a escola tem 15 salas de aula, incluindo uma sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE) de crianças, representando no referido município umas das escolas com a melhor estrutura física e uma das quatro poucas instituições dentro do município que atendem crianças com autismo, déficit de aprendizagem, hiperativas e outros. Atualmente, seu corpo escolar é formado por 67 funcionários e 776 alunos, entre crianças e adolescentes, não somente da área urbana, mas também área rural.

A escola Bom Jesus foi inaugurada em 15 de abril de 2008 e está localizada também no bairro Centro e conta com uma área de extensão de 430 m², com: 12 salas de aulas, 01 secretaria climatizada com banheiro, 01 sala de arquivos anexa a secretaria, 01 sala da direção climatizada com banheiro, 01 sala da coordenação pedagógica climatizada, 01 sala dos professores climatizada com banheiro, 01 sala da biblioteca climatizada, 01 sala de

informática climatizada, 01 sala de vídeo climatizada, 01 sala para Atendimento Educacional Especializado (A.E.E), 01 quadra poliesportiva incompleta e 01 barracão para realização das atividades recreativas, culturais e reuniões com a comunidade. Dados obtidos no histórico da instituição nos mostram que esta é a escola mais nova da cidade, recebendo 850 alunos que residem não somente do bairro centro, como dos demais bairros, tais como o do Aeroporto, Santa Cruz e Castanheira, além da área rural. A escola possui um total de 60 funcionários, sendo que destes, 25 são professores.

A escola Estevão Gomes, localizada no bairro Cidade Nova, está ativa no município desde 1982. Dione Leão (2009) traz em seus estudos que a referida instituição recebeu este nome em homenagem a um professor, pioneiro na educação no município de Breves. A área da escola atualmente compreende 2.680m², com: 13 salas de aula, 01 sala de leitura, 01 secretaria, 01 sala de arquivos, 01 sala de Professores, 01 Ginásio de Esportes (inacabado), 01 sala de informática, 01 Auditório, 01 depósito para merenda e 01 copa. A escola apresenta boa estrutura física e que também promove acessibilidade de alunos com necessidades especiais. Assim como as outras escolas acima citadas, também recebe alunos de outros bairros e do meio rural, somando um total de 1.200 alunos entre crianças, adolescentes, jovens e adultos que são atendidos pelo programa Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A presente pesquisa foi realizada no período de 17 a 25 de abril de 2018 e alcançou cinco professores e um técnico que atuam dentro das três escolas já citadas acima. Destacamos que o número reduzido de profissionais alcançados pela pesquisa se explica pelo período extenso de greves ocorridas na educação no referido ano, essas greves tiveram duração de meses, sendo que a primeira ocorreu no mês de fevereiro de 2018 e a segunda no período de maio a julho de 2018, essas greves em geral reivindicavam melhores condições de trabalho, bem como o pagamento de vários meses atrasados de salário.

Diante de tal contexto, os projetos de extensão e pesquisa *Direitos Humanos e Infância no Marajó* por meio de ações de extensão, organizou neste período seminário e rodas de conversas que se direcionavam à professores e alunos da rede pública do município de Breves, estas ações foram essenciais para o processo de aproximação das escolas que eram alvos da pesquisa, o que ocasionou em uma receptividade maior no mês de abril, quando a pesquisa de campo foi realizada.

Ao perguntarmos sobre a presença do Assistente Social nas escolas, sempre escutamos frases como a do Professor Roberto, que afirma “*Não existe (...)*”, essa fala nos leva a perceber que geralmente as escolas se limitam a profissionais que têm suas

atividades voltadas para o ensino aprendizagem, mas, devemos ressaltar que as demandas da escola não se limitam a estas. Corroborando com isto, o Professor Fernando diz,

[...] com certeza se a gente tivesse assistente social, não solucionaria todos os problemas que nós temos em relação ao meio social dos alunos, mas amenizaria muitas situações que ocorrem dentro da escola. Então seria de suma importância a participação desse profissional na escola, infelizmente o nosso município não, não supre com essa necessidade e não encaminha esse profissional *pras* escolas [...] (Professor Fernando, pesquisa de campo 2018).

O que observamos na fala do Professor Fernando reafirma que as demandas que surgem do contexto social dos alunos poderiam ser melhor observadas e atendidas por um profissional capacitado, que pudesse fazer visitas domiciliares, elaborar estudo social, observar as condições socioeconômicas das famílias, da comunidade e do próprio município. Segundo a brochura do CFESS “Serviço Social na Educação” (2001, p.13,14 e 15), três pontos que precisam ser trabalhados no ambiente escolar pelo profissional de Serviço Social, quais sejam, “a escola e o espaço social que pertence”, “a escola como espaço de inclusão social” e a escola como “espaço de gestão democrática”, poderiam ser contemplados por um assistente social no contexto escolar.

Outro fator que é recorrente nas falas dos entrevistados é o que podemos observar no discurso do Professor Antônio, ao se referir às famílias dos estudantes:

[...] o pai, a única coisa faz atrativa *pra* ele vim na escola, não é acompanhar a vida escolar do filho hoje, é vim atrás de coisa do Bolsa família, o único momento que o pai, ele se dispõem a sair da casa[.] (Professor Antônio, pesquisa de campo 2018).

Quando o professor se refere ao “pai”, está apontando para as famílias dos alunos, realizando o que chamamos de culpabilização das famílias, e não compreendendo as especificidades do Marajó, desconsiderando que segundo informações do site do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), em Breves existia até maio de 2019, 17.293 famílias que recebem programas de transferência de renda, como o programa bolsa família, com um valor médio de R\$ 245,14 por mês. Os Projetos de Pesquisa e Extensão *Direitos Humanos e Infância no Marajó*⁷ ao realizarem pesquisas no Marajó ocidental constataram que nessa região a composição familiar é extensa e as mesmas muitas vezes se mantêm apenas com o dinheiro advindo dos Programas de Transferência de Renda e de atividades do setor informal.

⁷ Os projetos de Pesquisa e extensão Direitos Humanos e Infância no Marajó ligados ao programa Direitos Humanos Infâncias e Diversidade no Arquipélago do Marajó – DHIDAM realizam suas atividades de pesquisa e extensão desde fevereiro de 2017 no município de Breves. Para mais informações acesse: www.facebook.com/dhinfanciamarajo/.

Silva (2012) enfatiza que a ausência do Assistente social na escola, não se restringe somente a esse espaço ou aos direitos dos alunos, mas ao próprio campo da educação, que abrange a comunidade escolar e que inclui professores, alunos, pedagogos, as famílias, etc, o que nos faz perceber que por não terem recebido uma formação voltada para o campo social, os professores acabam levando para a sala de aula discursos moralistas e carregados de senso comum. Todavia, em geral, os profissionais alcançados pela pesquisa admitem a que sua atuação se limita à sala de aula, e se mostram interessados na inserção do Assistente Social na educação por perceberem que as demandas atuais que se apresentam à escola ultrapassam as práticas pedagógicas, o que acaba limitando a escola e a atuação dos profissionais e assim prejudicando os alunos.

CONCLUSÃO

Precisamos compreender que em municípios Marajoaras, como o de Breves, que contam com um IDH baixo e altos índices de violações de direitos humanos básicos, a escola se apresenta como uma das poucas instituições de garantia de direitos que consegue alcançar um número significativo da população. No entanto, ainda hoje contamos com uma visão limitada quanto ao processo educativo e formativo de crianças, que exige um trabalho de caráter Inter e multidisciplinar. a fim de superar as violações de direitos humanos que geralmente fazem essas crianças e suas famílias reféns.

Ao longo desta pesquisa, observou-se que os profissionais da educação pública do município de Breves não se encontram em condições de trabalho adequadas para buscar estratégias de superação para as problemáticas que atingem diretamente a infância marajoara. Dentre os desafios que precisam ser superados, apontamos a pobreza, o transporte público escolar deficitário, a falta de merenda escolar adequada, dentre outros.

Durante o período de coleta de dados, percebemos que no convívio com as crianças e adolescentes no Marajó, muitas vezes os profissionais da educação, que geralmente trabalham com turmas superlotadas, não conseguem lidar com as problemáticas que surgem dentro da instituição e acabam reproduzindo ações carregadas de senso comum e de discursos moralistas. Assim, a ausência do Assistente Social nas escolas e no próprio campo educacional acaba fazendo com que seja deixada de lado a perspectiva que Silva (2012) nos aponta, de entender a escola como parte da rede de proteção social.

II

REFERÊNCIAS

AMARO, Sarita. **Serviço Social em Escolas: fundamentos, processos e desafios**. Editora Vozes, 2017.

Breves em síntese 2013. Disponível em:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/breves/panorama>. Acesso em :17/06/2019.

CANDAU, Vera Maria. Educação em Direitos Humanos no Brasil: gênese, desenvolvimento e desafios atuais. In: **Direitos Humanos em seus desafios contemporâneos**. Ângela Randolpho Paiva (Org.). Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Pallas, 2012.

Conselho Federal de Serviço Social –CFESS. **Serviço Social na Educação**. Brasília, 2001.

DUARTE, Constância lima. A ficção didática de Nísia floresta. In: TEIXEIRA, Eliane Marta *et all* (org). **500 anos de Educação no Brasil**. 4ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 291-324.

LEÃO, Dione do Socorro de Souza. **Revivendo nossa história: um estudo sobre os bairros de Breves- Marajó-PA**. Breves: Editoração Eletrônica Jorge Boldrin, 2009.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MARTINS, Eliana Bolorino Carneiro. O Serviço Social no âmbito da política educacional: dilemas e contribuições da profissão na perspectiva do projeto ético-político. In: SILVA, Marcela Mary José da Silva (org). **Serviço Social na Educação: teoria e prática**. Campinas, SP: Papel Social, 2012. p. 33 – 54.

Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó, 2007. Disponível em:<http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=9408a880-6ec0-4be0-9cb7-feb01c4a6256&groupId=2491>. Acesso em: 19/06/2019

Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal de Ensino Fundamental Bom Jesus “Educar para a vida, valorizando e respeitando a diversidade humana”, (S N)

Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal de Ensino Fundamental Estevão Gomes “Ética e Cidadania”, 2014.

Relatórios de Informações Sociais. Disponível em:
aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Riv3/geral/relatorio.php#Visão%20Geral. Acesso em: 18/06/2019.

RIFIOTIS, Theophilos; RODRIGUES, Thiago Hyra (org). **Educação em Direitos Humanos – Discursos Críticos e temas contemporâneos**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

PACHECO, Agenor Sarraf. A conquista do Ocidente Marajoara: índios, portugueses e religiosos em reinvenções históricas. *In*: SCGAAN, Denise e MARTINS, Cristiane Pires (Org). **Muito além dos campos: Arqueologia e História na Amazônia Marajoa**. 1ª ed. Belém, Gknoronha, 2010.

SILVA, Marcela Mary José da. O lugar do Serviço Social na educação. *In*: **Serviço Social na educação: Teoria e Prática**. SILVA, Marcela Mary José da (Org.) Campinas: Papel Social, 2012.